

ESCOLARIZAÇÃO E RECURSOS CULTURAIS NA COMPOSIÇÃO DE CARREIRAS MILITANTES*

*Ernesto Seidl***

Resumo: Este trabalho insere-se em vertentes de estudos sobre engajamento e militância que procuram conjugar, de um lado, a captura das lógicas individuais acionadas, os esquemas de percepção e os sistemas de retribuição implicados nessa modalidade de participação política, com, de outro lado, a objetivação das diferentes formas de composição de carreiras militantes dadas pela combinação de recursos sociais e culturais, a qual varia de acordo com cada espaço de atuação. O universo empírico tomado por referência compreende militantes dirigentes e ex-dirigentes de cinco instituições, cujos espaços de atuação são bastante variados: militância religiosa (católica), sindical (professores universitários), ambientalista, filantrópica e de direitos humanos (ligados a opção sexual).

Palavras-chave: Engajamento. Militância. Associativismo. Participação política.

Abstract: This work discusses political involvement and militancy in the State of Sergipe, Northeastern Brazil. It seeks to combine the apprehension of individual perspectives and perceptions on militancy with the objective grasp of different forms of militancy, considering the combination of a vast sort of social and cultural resources. Its empirical reference is composed of militant leaders and former leaders of five institutions whose areas of expertise are quite heterogeneous: religion (Catholic Church), syndicate (university teachers), environmentalism, philanthropy and human rights (sexual orientation). The results points out the weight of different school trajectories undertaken and the cultural resources raised by militants, with emphasis on higher education and specific expertise in their various spheres of action, according to the characteristics of the institutions and the generation of the individuals.

Key-words: Political Involvement. Militancy. Associations. Political Participation.

* Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no GT *Antropologia, Engajamento Militante e Participação Política* da 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em Porto Seguro/BA, de 01-04 de junho de 2008. A presente versão beneficiou-se amplamente das discussões geradas naquela ocasião e procurou incorporar críticas e sugestões. Parte da coleta e sistematização do material da pesquisa contou com a colaboração do bolsista PIBIC Vanderson de Gois Santos.

** Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio doutoral na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Paris VI. Atualmente, é professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe, membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Ciências Sociais da América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também é co-editor da

Este artigo consiste num primeiro esforço de apresentação e discussão de dados de uma pesquisa ainda em curso acerca das condições de realização de carreiras militantes em instituições associativas. O ponto de partida do estudo são as modalidades de *politização* que conduzem a formas diversas de engajamento militante em associações profissionais, sindicatos e cooperativas em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, Nordeste brasileiro.

As discussões aqui apresentadas situam-se dentro de vertentes de estudos sobre engajamento e militância, empenhados em conjugar dois procedimentos metodológicos principais: de um lado, a captura das lógicas individuais acionadas, os esquemas de percepção e os sistemas de retribuição implicados nessa modalidade de participação política e de outro lado, a objetivação das diferentes formas de composição de carreiras militantes dadas pela combinação de recursos sociais e culturais, a qual, como se sabe, varia de acordo com cada espaço de atuação.¹

O universo empírico tomado como base para esta pesquisa até o momento compreende militantes dirigentes e ex-dirigentes de cinco instituições: associação de defesa de homossexuais, instituto socioambiental, sociedade que acolhe crianças e jovens carentes, associação de docentes universitários federais, conselho de leigos pertencente à Igreja Católica. Trata-se, portanto, de espaços de militância bastante variados e, inclusive, de abrangência muito diversa: militância religiosa (católica), sindical (professores universitários), ambientalista, filantrópica e de direitos humanos (ligados à opção sexual). Além dessas, como se vera, uma militância ativa em partidos políticos destaca-se em boa parte dos percursos analisados. A opção pela escolha de associações de cunho variado - em detrimento de um exame mais monográfico ou restrito a dois tipos de militância, por exemplo - deve-se ao interesse na comparação entre modalidades de inserção militante e possíveis diferenças nas composições de recursos, itinerários e concepções de participação associativa. E uma ressalva pertinente diz respeito ao fato de, embora a noção de militância se referir mais ou menos explicitamente ao universo dos sindicatos e dos partidos políticos e a seus “modelos”, como lembra Barthélémy (1994), sua utilização para o universo associativo implica referência a uma realidade muito diversificada.

A questão polêmica quanto ao caráter “político” ou não do associativismo e de suas especificidades como forma de participação, muito

Revista TOMO. Tem experiência e publicações na área de estudos da política, com ênfase em Participação Política, Recrutamento, Seleção e Reconversão de Grupos Dirigentes e Elites, atuando principalmente nos seguintes temas: grupos dirigentes, elites militares e eclesiais, reprodução social, engajamento e militância.

¹ Dentre algumas referências internacionais na temática, destacam-se Fillieule (2001, 2005), Gaxie e Offerlé (1985), Hamman, Méon e Verrier (2002), Ion (1997), Matonti e Poupeau (2004), Perrineau (1994), Sawicki (2004), Sawicki e Berlivet (1994) e Siméant (2003). No âmbito brasileiro, estudos recentes como os de Bezerra (2007), Coradini (2001, 2007), Gaglietti (2003), Oliveira (2008), Tavares dos Reis (2008) e Tavares dos Reis & Grill (2008) partilham questões comuns e têm aberto trilhas importantes no interior dos debates.

presente na literatura especializada,² não interessa aqui como ponto de partida, mas como uma dimensão entre outras. Assim, embora se tomem os “agrupamentos associativos como uma forma de participação na vida política” em função da “necessidade que toda organização tem, por menos estruturada ou limitada que seja em seus objetivos, de situar-se em relação aos poderes públicos”³ (BARTHÉLÉMY, 1994, 91), parte-se do pressuposto de que as diferentes definições em torno do “político” e do “não-político”, com todos os matizes intermediários, são parte de um processo de redefinições das formas do político (SIMÉANT, 2003) que cabe à análise tentar apreender.

ITINERÁRIOS INDIVIDUAIS: RECURSOS SOCIAIS E ENGAJAMENTO MILITANTE

Como sabido, toda militância é, em primeiro lugar, fruto de uma integração social e cultural do indivíduo, como qualquer forma de participação política, e o engajamento em uma ação coletiva remete ao mesmo tempo a itinerários individuais e a um contexto político. Por essa ótica, a tentativa de reconstituição dos itinerários sociais prévios à militância associativa constituiu ponto de partida das entrevistas biográficas realizadas para a investigação.

Oriundos, em geral, de grupos familiares de pequenas cidades do interior (exceto Paulo Afonso/BA), porém próximas a cidades de maior porte em São Paulo, Sergipe, Alagoas e Bahia, todos os indivíduos pesquisados terão sua atuação profissional e militante em grandes cidades. Três nasceram em capitais (Aracaju e Salvador) e a maior parte dos nascidos no interior mudou-se para capitais de estado ao final do ensino médio para ingressar no ensino superior. Esse momento, como será visto, é central na intensificação de uma socialização política que se dá principalmente por meio do contato com formas de militância estudantil, partidária e religiosa – em geral combinadas –, a militância estudantil (secundarista ou universitária) vindo em primeiro lugar.

À exceção do caso de um filho de trabalhadores manuais pouco qualificados, observa-se no universo pesquisado a predominância de uma extração social intermediária⁴ (pequenos e médios proprietários de terra, fun-

² Ver, entre outros, Barthélémy (1994), Mayer e Perrineau (1992), Gaxie (1978), Siméant (2003).

³ “Embora seja desejo dos atores sociais reivindicarem uma identidade ao movimento associativo do qual participam – com forte tendência a excluir qualquer semelhança com atividades do sindicalismo e dos partidos –, cabe abordar o engajamento associativo como forma de participação na vida pública, ao lado das formas sindical e partidária”. Cf. Barthélémy, 1994, p. 91.

⁴ O fenômeno da *associação* como estratégia de reconhecimento social privilegiada da pequena burguesia é destacado por Bourdieu (1979: 533), que define *associação* como “(...) agrupamento estritamente serial de indivíduos reunidos unicamente pela mesma “causa”, pela mesma vontade de exercer uma espécie de ultimato ético: a

cionários de nível médio, professores universitários e de ensino médio), com escolarização dos pais equivalente. Tratando-se predominantemente de associações ligadas a “questões sociais” (defesa de direitos humanos, caridade e ambientalismo) ou, no caso do sindicato de professores, de representação de uma categoria profissional intermediária, as origens sociais dos militantes tendem a refletir com certa fidelidade o espectro de posições dos grupos ou categorias interpeladas pelas instituições em questão.

Examinando com mais detalhe a relação entre posição social de origem e vínculo associativo, percebe-se uma correlação direta. Assim, por exemplo, o filho de um carpinteiro e de uma lavadeira do interior de Sergipe, minimamente escolarizados, após envolvimento em projetos sociais voluntários e em mobilidade social ascendente, militará em defesa dos direitos dos homossexuais; a filha de um pequeno proprietário rural e de uma professora primária e “tabeliã” da região metropolitana de Aracaju, com escolarização fundamental e secundária, respectivamente, atuará em projetos sociais e fará carreira profissional como assistente social antes de se tornar presidente de uma sociedade filantrópica de destaque na capital sergipana; e ainda, os filhos de professores universitários e bancários, com escolarização superior e média, ambos jovens diplomados (administração e publicidade e propaganda) e com especialização, fundarão uma ONG dedicada ao ambientalismo.

Comparado com o grau de escolarização dos pais, a titulação superior de todos os indivíduos⁵ apresenta ascensão considerável (à exceção de um filho de professores universitários) e indica, simultaneamente, uma relação privilegiada entre o capital cultural – notadamente no meio escolar e universitário – e o engajamento associativo.

benevolência, oferta ostentatória de *boa vontade* (...); “(...) A ação estritamente “desinteressada”, “limpa”, “digna”, livre de todos os “comprometimentos” da “política”, é na verdade a condição para o sucesso do empreendimento de *institucionalização*, a forma mais acabada de reconhecimento social, que buscam mais ou menos secretamente todas as *associações*, movimentos pequeno-burgueses por excelência que, diferentemente dos partidos, geram os lucros de dignidade e respeitabilidade dos empreendimentos de “interesse geral”, ao mesmo tempo em que prometem satisfazer, de maneira muito direta, os interesses particulares” (grifos no original).

⁵ Titulação superior na área de humanidades (Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social) e Ciências Sociais Aplicadas (Economia e Administração). Um caso de graduação em Química Industrial e mestrado em Ciência Ambiental.

Algumas propriedades sociais dos entrevistados

Sexo	Idade	Associação	Profis. Pais	Escolaridade Pais	Escolaridade Superior	Profissão/ ocupação
M	39	Direitos Homossexuais	Carpinteiro/ Lavadeira	Fundamental	Pedagogia	Prof. primário
M	25	Meio ambiente	Bancários	Médio	Administração Pós-graduação	Estudante mestrado
M	30	Meio ambiente	Prof. Univ./ Prof. Ens. médio	Superior	Publicidade e Propaganda especialização	Prof. univ.
F	51	Filantropia	Pequeno prop. rural/ Prof. ensino fundam.	Fundamental/ pedagógico	Serviço Social	Assist. social/ Funcionária pública
F	33	Filantropia	Eletricista func. Público/Dona de casa	Fundamental incompleto	Pedagogia Especialização Pedagogia empresarial	Professora primária
M	58	Sindicato Professor Universitário	Contador/ Dona de casa	Técnico/ Fundamental	Economia (doutorado incomp.)	Prof. Univ. federal
M	53	Laicato Católico	Médio prop. rural/ Dona de casa	Médio/ fundamental	Química (mestrado)	Prof. Univ. federal/ Pró-reitor

Fonte: Dados coletados em entrevistas.

As relações entre a posse de recursos escolares e a formação de um sentimento de competência ou de legitimidade para a ocupação de cargos dirigentes nas associações estudadas parecem vinculadas ao tipo específico de militância. Assim, se nenhum entrevistado minimiza a importância, o valor e a necessidade da educação formal e de títulos escolares para sua atuação, fica claro o peso desigual atribuído por indivíduos engajados em formas de militância mais “tradicionais”, como sindicatos e associações de filantropia, e aqueles envolvidos em movimentos sociais mais “específicos” e relativamente mais “recentes” na agenda das “questões sociais”, especialmente o ambientalismo,⁶ mas também os direitos dos homossexuais e mesmo o movimento do laicato católico (oficialmente criado em meados dos anos 70).

Essas indicações coincidem com aquelas apontadas em âmbito mais geral por Matonti e Poupeau (2004) e que relacionam a valorização de investimentos escolares, sobretudo num nível de “especialização” ou *expertise*, com os novos movimentos ou “causas”, em contraste com as velhas formas de militância, cuja competência passaria antes de tudo pela própria experiência militante [(“O estudo, a formação, é muito importante, mas a experiência concreta conta muito”); mulher, cinquenta e um anos, presidente de sociedade filantrópica, formada em Serviço Social]. No entanto, a posse de certa “bagagem cultural” ou “densidade intelectual”, adquirida não exclusi-

⁶ Para uma análise dos usos da escolarização como recurso na legitimação de carreiras ambientalistas, consultar o estudo de Oliveira (2008). Sobre a evolução das formas de engajamento público e as “novas questões” sociais, ver Ion (1994) e Matonti e Poupeau (2004).

vamente na escola, mas por leituras, pelo cinema e atividades sociais, como discussões, reuniões e debates, aparece como ingrediente indispensável a qualquer participação militante “qualificada” na ótica daqueles indivíduos cuja geração coincide com o regime militar e o clima da época - casos de militância política partidária e estudantil. A própria concepção da *politização* e da militância dependeria, assim, não apenas de uma questão de “interesse”, “vontade” ou “voluntarismo”, mas também de alguma “qualificação” em termos ditos “intelectuais”, “teóricos”. Trata-se, portanto, de uma visão da militância que tende ao “engajamento total”, ao compromisso integral com alguma “causa”, dado que pressupõe uma relação mais intelectualizada e racionalizada com a esfera da militância.

Por outro lado, cabe salientar o papel das instâncias de financiamento, públicas e privadas, e pelo Estado nas redefinições dos critérios de excelência e de legitimação ocorridas no seio do espaço da militância, em que titulação escolar superior e especializada dos dirigentes de instituições é requisito central para qualquer pleito de recursos para seus projetos (“sem um bom currículo, diplomas, não se consegue dinheiro para projeto com a Petrobras”; “as ONGs precisam de gente capacitada para ter sede etc.”).

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO DESEJO: O GOSTO PELO SOCIAL

O exame da constituição dos “gostos”, expectativas e disposições à participação associativa pelos indivíduos pesquisados aponta até o momento algumas pistas gerais. Do itinerário individual até o engajamento associativo observa-se a conjugação de elementos de socialização familiar e escolar na formação dos anos de juventude que combinam fatores ideológicos e uma propensão ao ativismo: presença de políticos no grupo familiar e/ou de familiares “interessados” em política (inclusive candidatos a prefeitura) ligada a forte integração social e a uma relação localista e “concreta” com o político, pais de profissão docente, socialização religiosa e ligação com movimento católico.

Embora a adesão à instituição associativa em que atuavam no momento da pesquisa tenha se dado entre dezenove e trinta e nove anos de idade, vê-se que suas primeiras participações em atividades de caráter coletivo ou social – próximas do espaço associativo que pautam seus itinerários prévios – concentram-se entre os quinze e vinte anos, entre o ensino médio e o superior. Mesmo os três entrevistados sem nenhum tipo de envolvimento com militância estudantil, graduados em Serviço Social e Pedagogia e todos três de origens sociais relativamente mais baixas, tiveram suas primeiras experiências em atividades sociais (“o início no social”, como dizem) muito antes do ingresso nas instituições presentes: dois deles através do Projeto Rondon em trabalhos de “educação popular” em municípios do

interior e um através do envolvimento em tarefas pedagógicas “desde os quinze anos” com crianças em uma escola pública. Um deles, futuramente convidado a ocupar a presidência voluntária de uma entidade dedicada a crianças e adolescentes carentes, tem no exercício de funções ligadas ao “social” – como a coordenação da FEBEM e o trabalho numa penitenciária –, percurso de intenso acúmulo de experiências apontadas como fundamentais ao cargo que atualmente exerce concomitantemente ao emprego público ocupado na Defensoria Pública do Estado, do qual tira seu sustento. Um segundo entrevistado em questão, presidente de uma associação de defesa de homossexuais, além da participação no Projeto Rondon, militou dos dezesseis aos trinta anos no PCdoB (junto com políticos que atualmente controlam cargos importantes na cidade e no estado). Graduado em Pedagogia, atua profissionalmente como professor primário numa escola pública de Aracaju. Por fim, um terceiro entrevistado situa o início de seu envolvimento no social aos quinze anos de idade, via convite para trabalhar como professora auxiliar numa pequena escola de sua cidade na grande Aracaju. A opção pela Pedagogia viria em seguida como desdobramento do que aponta como “talento com crianças” e cuja realização encontraria expansão na entrada, inicialmente como voluntária, numa entidade dedicada a crianças carentes na capital sergipana.

O interesse ou gosto pela “participação”, pelo “social” ou pela “política” (separados ou combinados) aparece, como sugere Siméant (2003, p. 169), como evolução de disposições que se atualizam em diferentes espaços de investimento pessoal e se revelam de formas variadas. Como visto, a totalidade dos pesquisados apresenta em seus itinerários prévios algum tipo de vínculo com atividades participativas/coletivas ao mesmo tempo em que declara “preocupação”, “interesse” e “sensibilidade” precoces pelo “social”. Contudo, os investimentos na participação e as expectativas apresentadas estão longe de ser homogêneos e parecem se vincular a uma complexa articulação entre origens sociais (história própria do indivíduo), configuração dos espaços de participação disponíveis e a própria estrutura de valores e concepções dominantes sobre o engajamento num dado momento (história local ou nacional).⁷

A identificação, pelos militantes, de “origens precoces” de seu envolvimento ou “interesse” em atividades de mobilização coletiva ou, ainda, interesse “pela política”, remete – em boa parte dos casos – à participação como “lideranças” em atividades de grêmios estudantis e jornais escolares. A continuidade desse tipo de envolvimento, numa etapa seguinte, nos comandos de diretórios acadêmicos estudantis (DCEs) reforçaria, portanto, a “coerência” de uma “vocação” à participação e à “liderança”. Como

⁷ Maiores detalhes sobre as inter-relações entre história familiar, história individual e história local e nacional podem ser encontrados em Barthélemy (1994).

indicam vários estudos, do ponto de vista da aquisição de competências na política (BOURDIEU, 1989; GAXIE, 1978) e, em especial, do capital militante (MATONTI; POUPEAU, 2004), a militância estudantil configura espaço privilegiado de aprendizado e incorporação de códigos e técnicas essenciais à política, tais como as modalidades e formalidades de uso da palavra em público e o manejo de um léxico próprio, a redação de atas, textos, panfletos e declarações, o uso do corpo e outras formas de apresentação de si ligadas a tarefas de representação de grupos.

O peso desses aprendizados adquiridos anteriormente em diferentes esferas sociais (família, escola, Igreja, ativismo estudantil, grupos políticos etc.) na formação de sentimentos de competência varia intensamente em função das especificidades das experiências acumuladas (por exemplo, a participação em atividades de grupos clandestinos durante a ditadura difere muito da participação em projetos sociais de educação popular ou da liderança de um grêmio estudantil nos anos 90). Contudo, funciona como componente importante nos esquemas de justificação da militância associativa (“eu sei do que estou falando”, “conheço bem isso aí”, “tenho experiência nessa história”) e, mais do que isso, tende a agir como instrumento importante nos processos de legitimação de pretensões a postos de destaque e comando nas organizações às quais aderem ou criam (“eu não era nenhum novato”, “eu tinha alguma coisa para ensinar pro pessoal”).

Grosso modo, duas modalidades principais de combinação de diversos recursos sociais e culturais com os efeitos próprios de conjunturas sobre os itinerários militantes podem ser assinaladas com base nos casos examinados. Uma primeira modalidade vincula-se a uma concepção de engajamento caracterizada como “disposição ética” que se realiza e atualiza pela *intervenção*, independentemente do lugar e da atividade exercida.⁸ Isto é, a inserção dos indivíduos na “realidade” conforma uma dimensão imprescindível da prática social, constantemente atualizada nos vários momentos, lugares e etapas de suas vidas (SAWICKI; BERLIVET, 1994). Tal padrão de participação vincula-se claramente a indivíduos cujo tempo biográfico coincide com períodos históricos de alta valorização de formas intensas de militância, sobretudo política e estudantil – caso dos contextos histórico e político internacional e brasileiro, este sob vigência do regime militar iniciado em 1964. De origens sociais intermediárias e provenientes de ambientes familiares favoráveis à participação política, situam a inauguração de suas militâncias já à época do ensino médio e mobilizam com frequência e intensidade um “passado precoce” de “comprometimento” a fim tanto de afirmar a coerência e unidade de suas intervenções quanto de legitimar posições e intenções nos espaços sociais em que se movem.

⁸ Excelentes exemplos dessa modalidade de participação política podem ser encontrados no estudo de E. Tavares dos Reis (2007).

Assim, por exemplo, num caso extremo de investimento inicial na militância política como projeto de vida (“nossa idéia era ser um Che Guevara”) de um futuro líder sindical nascido no início dos anos 50, percebe-se uma aposta elevada na realização pessoal por meio de intenso envolvimento estudantil e partidário (considerado “natural para a época”) entre fins dos anos 60 e início dos 70 na capital paulista, expectativa frustrada por uma conjuntura de repressão política que redefinirá o seu futuro percurso militante e profissional. A opção pela carreira acadêmica em Economia permitirá, no entanto, a atualização do gosto político em novos espaços – o ativismo sindical combinado com nova militância partidária e atividades de formação de lideranças jovens em “bairros populares” de Aracaju. Em situação semelhante, destaca-se o itinerário de um ex-dirigente de movimento de leigos católicos, também nascido no início da década de 50 e fortemente atuante em diversos grupos da Igreja, ex-presidente de grêmio estudantil secundarista em escola religiosa de Aracaju, também professor universitário e ocupante atual de cargo elevado na reitoria, ex-líder de sindicato da categoria, “fundador” do Partido dos Trabalhadores no estado e ex-candidato a deputado.

Uma segunda modalidade de participação militante – muito mais frequentemente ligada a movimentos e causas mais específicas e recentes – tende a conjugar inserções mais precisas e direcionadas e favoráveis à especialização/profissionalização, muito embora não se trate de indivíduos que se dediquem integralmente à militância e dela extraiam sustento material. Em que pese quase todos os casos incluídos nesse tipo de participação apresentarem experiências de militância variadas (e em geral simultâneas à participação partidária) ao longo de seus itinerários, tem-se uma concentração dos investimentos dos agentes em atividades próprias às instituições às quais se vinculam (associações e institutos ligados ao ambientalismo, direitos humanos e filantropia). De extração social bastante heterogênea, em geral mais jovens e todos eles detentores de diplomas superiores, os indivíduos enquadrados nesse padrão tendem a apresentar perspectivas mais concretas e objetivas em relação à militância e suas expectativas de gratificação. Um dos principais indícios desse tipo de canalização de investimento pessoal é encontrado na dedicação e na doação (de tempo e libido, sobretudo, mas também de recursos financeiros) intensa às instituições das quais participam e são, em boa parte, fundadores e dirigentes (“a militância e a Axxxx têm a metade da minha vida”; “a ONG é minha vida”; “eu vivo o meu trabalho 24 horas”). Considerando seus itinerários pregressos de participação em movimentos e atividades variados, é lícito pensar numa concepção da militância atual desses agentes como espaços por excelência de realização de si, nos quais atuam com ampla liberdade na condição de lideranças de organizações relativamente pouco complexas e diversificadas do ponto de vista administrativo.

Um exemplo desse tipo de engajamento pode ser observado através do itinerário da presidente de instituição de caridade em Aracaju, nascida no final dos anos 50, graduada em Serviço Social, filha de pais “humildes, porém cultos”. Nesse caso, uma socialização primária favorável a uma relação concreta com a política (filha de candidata derrotada à prefeitura municipal de cidade da região metropolitana de Aracaju, com dilapidação do patrimônio econômico) conduz a um rechaço contundente ao universo político partidário. Aqui, o “gosto pela participação” e a disposição a “ajudar os outros” são redimensionados inicialmente em oportunidades ofertadas por projetos sociais e educativos, ganhando densidade, em seguida, por meio de atuação profissional na área da Assistência Social (penitenciária, FEBEM e, atualmente, Defensoria Pública do Estado) ao lado da presidência voluntária da mencionada instituição de caridade. Ainda nessa modalidade, um caso de engajamento bastante precoce e com significantes investimentos na aquisição de recursos culturais direcionados à atuação militante é o de um presidente de “instituto socioambiental” de Aracaju. Nascido no final da década de 80, filho de bancários de escolarização média, graduado em administração de empresas com especialização em projetos sociais e atualmente realizando mestrado em Meio Ambiente, destaca a “precocidade” de seu ativismo em funções de mobilização estudantil e o “interesse” por “questões ambientais”. Aos vinte anos de idade, funda e se torna presidente da organização que desde então lidera, compatibilizando as atividades da ONG com o mestrado ao qual foi levado, segundo informa, pela “necessidade de qualificação de sua militância”. Indagado sobre intenções de apostar na carreira política, não hesita em afirmar, pragmaticamente, que pretende ser candidato a vereador, porém “apenas depois de concluir o doutorado”.

Outra dimensão relevante quanto às disposições à participação política e às formas concretas de sua realização - e que tende a borrar as fronteiras eufemizadas entre a noção de militância “política” e “apolítica” - vem à tona ao se considerar o envolvimento dos militantes associativos com partidos políticos. O peso evidente do entretenimento de relações próximas com partidos políticos revelada pelos militantes - dos sete entrevistados, quatro pertenceram ou pertencem ativamente a partidos políticos (considerados de esquerda), dos quais três afirmam ter ajudado a fundar siglas em Aracaju (PT, PCdoB, PV, PSOL) - sugere, como diz Siméant (2003, p. 169), uma “relação com o político como resultado de um processo contínuo e ampliado”. Por essa perspectiva, destacam-se as nuances entre “política” e “associativismo” em oposição a uma barreira clara que querem fazer crer muitas declarações que excluem expressamente as atividades associativas de qualquer sentido político e, em especial, de qualquer ligação com partidos.

Mais do que uma “decepção” com as instituições partidárias - como apresenta em situação de entrevista a maioria dos pesquisados - que explicaria o redirecionamento a instâncias associativas (mais “livres”, menos

“engessadas” e “burocratizadas” e de intervenção mais “eficaz”, “concreta”, na “realidade”, portanto, mais ajustadas à realização pessoal), chama a atenção a importância da participação política via partidos no acúmulo de experiências militantes e na tessitura de relações pessoais muito rentáveis nas inserções associativas. Ao lado da militância estudantil, a militância partidária que lhe é praticamente simultânea figura como trunfo de peso na constituição de competências à intervenção política qualificada. Conectado a esse ponto, a proximidade e intimidade com o espaço da política e, muito em especial, o entretenimento de relações pessoais com agentes inseridos na esfera político-partidária e burocrático-estatal emergem como ferramentas importantes na elaboração de carreiras militantes exitosas.

A relação ambígua com a “política” que apresentam estes dirigentes militantes emerge em diversos momentos das entrevistas em que são indagados sobre oportunidades e interesses de profissionalização política através de candidaturas a mandatos. A oscilação entre um forte acento na dimensão do *engajamento* e do *não-governamental* e o desejo, passado ou futuro e mais ou menos explícito, de investir numa candidatura partidária parece de fato indicar para concepções difusas do “político”. Os esforços de eufemização de um tipo de relação com a política que poderia ser tomada como “interessada”, “carreirista” ou “profissional”, captados em diversos depoimentos, contrastam, dessa forma, com a declaração de tentativas frustradas de candidatura ou do reconhecimento (às vezes de forma muito sutil) de desejos nesse sentido.⁹

No que tange às motivações e expectativas ligadas ao engajamento associativo dos indivíduos entrevistados, os resultados da pesquisa parecem não revelar surpresas frente aos achados de estudos semelhantes, os quais apontam para um sistema de justificação fundamentado em noções como “desejo de ajudar os outros”, “promover os direitos humanos, a cidadania”, “lutar por uma democracia radical”, “lutar pela justiça social”, “defender o meio ambiente”; ou seja, motivações de natureza eminentemente simbólica e que trazem a marca do altruísmo e da negação de qualquer interesse de ordem “pessoal”, explicitamente interdito em universos sociais sob o signo da “doação”, da “benevolência” e do “desinteresse”.¹⁰ Tratando-se de militantes que não são funcionários ou contratados por suas instituições, isto é, não recebem salários, a maior parte deles, no entanto, é remunerada de forma inconstante com base na realização de projetos específicos com financiamentos públicos, privados ou mistos.

⁹ Apenas um dos entrevistados declara ter projetos de carreira política e assume intenção de candidatar-se a vereador.

¹⁰ Gaglietti (2002) utiliza a expressão “ideologia da ocultação” ao examinar as motivações de militantes do PT em seus engajamentos políticos. Para questões mais gerais quanto à lógica da “negação do interesse” e da “ação desinteressada”, consultar Bourdieu (1994a, 1994b). Sobre o funcionamento desse princípio no universo católico, ver Seidl (2003, 2007).

Contudo, além dos aspectos acima mencionados como motor do engajamento e fonte de satisfação de desejos de caráter egóico (reforço identitário e da auto-estima, sentido para a vida, sentir-se útil etc.) dos entrevistados, outros ganhos advindos do ativismo militante são facilmente depreendidos dos relatos. Em primeiro lugar, algo que é situado como “enriquecimento”, “crescimento” ou “desenvolvimento” pessoal e que se atrela ao conjunto de novas experiências e saberes – uma forma de aquisição de saber intelectual, portanto, cujas especificidades variam segundo o tipo de organização – promovido pela participação em determinada instituição. Cabe ressaltar que tais noções também incluem o estabelecimento e ampliação de redes de relações pessoais e de espaços de sociabilidade, dimensão altamente central dentre os dividendos da militância e destacada por diversos estudiosos (BEZERRA, 2007; GAGLIETTI, 2003; REIS, 2007, 2008; REIS; GRILL, 2008). Expressões como “a gente conhece muita gente nova”, “vi-a-a muito”, “participa de conselhos”, “discute com gente que nunca tinha visto” são apenas alguns dos indicadores da expansão de contatos desses dirigentes associativos com novos indivíduos e novos espaços por meio dos quais tecem relações, fazem conhecimentos e se tornam conhecidos. Nesse ponto, em especial, deve-se destacar as possibilidades de acúmulo de prestígio e de influência favorecido pela ocupação de postos de liderança em organizações cujas atividades se associam,¹¹ em sua maioria, a “boas causas” (auxílio a crianças e jovens carentes, proteção e defesa do meio ambiente, defesa de direitos dos homossexuais, religião) e que dependem, por outro lado, de um trabalho de publicização constante a fim de construir e manter determinada imagem da instituição (aspecto central para obtenção de doações, recrutamento de voluntários, aproximação com líderes políticos e agentes do Estado etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As chances de se interessar e se sentir inclinado a tomar parte em movimentos coletivos – como associações, sindicatos, partidos, ONGs e cooperativas, por exemplo – distribuem-se de modo desigual na sociedade. Entre o interesse e a inclinação e o envolvimento efetivo em alguma “causa” coloca-se uma série complexa de razões que combinam condições sociais e culturais (origem social, tipo de socialização familiar, política e religiosa, recursos culturais e escolares) e conjunturas pessoais e históricas (“acessos” e “oportunidades”, momento ou evento político). Esta investigação esforça-se na tentativa de apreensão desse conjunto (e das combinações pre-

¹¹ Boas indicações sobre as condições de acúmulo de recursos sociais com base em inserções associativas e sindicais e apresentados como legítimos em disputas eleitorais são encontradas em Coradini (2001, 2007).

cisas entre eles) de elementos com base nos itinerários de dirigentes e ex-dirigentes de diferentes associações na cidade de Aracaju. Mais do que apenas as conjugações concretas de fatores que geraram participações militantes, colocam-se como questão de análise as formas de conceber o engajamento associativo e defini-lo em relação a outras modalidades de participação no espaço político, entrando em jogo as lutas pela definição da “política” e do “associativismo” e das formas tidas como mais legítimas de participação e liderança.

Os resultados obtidos até o momento apontam para o engajamento associativo como atualização de disposições individuais ao ativismo e à intervenção, identificadas precocemente (“durante a juventude”) nos itinerários examinados. O envolvimento inicial em movimentos estudantis e em projetos de caráter social ou humanitário, associado à participação política em partidos, configura “percursos participativos” nos quais a inserção simultânea dos agentes em diferentes espaços ou atividades (grêmios, DCEs, UNE, grupos católicos, projeto Rondon, movimentos de educação popular, partidos etc.) realiza “desejos”, “propensões” e “gostos” ao mesmo tempo em que tais disposições são re-atualizadas (reforçadas, frustradas, redirecionadas) e novos recursos para a participação são adquiridos. Valorização do ativismo social, somada ao acúmulo de experiências e saberes adquiridos em boa medida pela participação, associada em maior ou menor grau com recursos escolares, define, na visão dos militantes, as condições para exercício de cargos de liderança das associações em que atuam.

Naturalmente, as limitações de espaço e o próprio estágio da investigação deixam em aberto uma série de questionamentos relevantes a serem devidamente explorados, todos altamente desafiadores em termos metodológicos. Entre eles, citamos a análise detida dos efeitos do tipo específico de instituição e da “causa” defendida, bem como do tempo de militância, sobre a forma como os membros definem seu engajamento e as razões para continuar (ou não) engajados. Nessa mesma lógica, coloca-se a necessidade de explorar as relações entre o “tamanho” e o grau de institucionalização e profissionalização das associações e as formas de investimento individual e as retribuições envolvidas. Ainda um último aspecto diz respeito à centralidade da apreensão das diferentes redes de relações e espaços sociais em que se inserem os militantes e de que forma tais recursos são capitalizados em suas carreiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHÉLÉMY, M. Le militantisme associatif. In: PERRINEAU, P. *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

BEZERRA, M. O. *Práticas participativas, formas de ação coletiva e trajetórias Políticas*. Paper apresentado na VI Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2007.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.

_____. L'économie des biens symboliques. In: *Raisons pratiques*. Sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994a.

_____. Un acte désintéressé est-il possible? In: *Raisons pratiques*. Sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994b.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 181-203, jun. 2007.

FILLEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: Post Scriptum. *Revue Française de Science Politique*. Paris, vol. 51, n° 1-2, 2001.

_____. (Dir.) *Le désengagement militant*. Paris: Belin, 2005.

GAGLIETTI, M. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Da Casa Palmarinca, 2003.

GAXIE, D. *Le sens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Seuil, 1978.

_____; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (Dir.). *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985.

HAMMAN, P.; MEON, J-M ; VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l'Harmattan, 2002.

ION, J. *La fin des militants?* Paris: L'Atelier, 1997.

_____. L'évolution des formes de l'engagement public. In: PERRINEAU, P. *L'engagement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

MATONTI F; POUPEAU, F. Le capital militant: essai de définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 154, p. 5-11, 2004.

MAYER, N; PERRINEAU, P. *Les comportements politiques*. Paris: Armand Colin, 1992.

OLIVEIRA, W. J. F. de. Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PERRINEAU, P (Dir.). "L'engagement politique : déclin ou mutation?". Paris : Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1994.

SAWICKI, F. Les temps de l'engagement. In: LAGROYE, J. (Dir.). À propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. *La Politisation*. Paris: Belin, 2004.

_____; BERLIVET, L. La foi dans l'engagement. Les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l'après-guerre. *Politix*, Lyon, n. 27, 1994.

SEIDL, E. "A elite eclesíastica no Rio Grande do Sul". Tese de Doutorado em Ciência Política, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Um discurso afinado: o episcopado católico frente à "política" e ao "social". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol.13, n. 27, 2007.

SIMÉANT, J. Un humanitaire ‘apolitique’? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (Dir.) *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

REIS, E.T. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. *Contestação, engajamento e militantismo*: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007, Tese Doutorado em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____;GRILL, I. *Letrados e votados*: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. *Paper* apresentado na 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Porto Seguro/BA, 01-04 de junho de 2008, mimeo.